



ASSUNTOS EM PAUTA

- 1 Assuntos em pauta
- 2 Ambiente regulatório
- 3 Programa de Investimento em energia elétrica
- 5 Investimento em infraestrutura logística
- 9 Debêntures de infraestrutura
- 10 Agenda regulatória
- 12 Notícias do setor
- 12 Monitoramento PMI



Datas importantes (previsão)

Energia	
16 de outubro	Leilão de transmissão
6 de novembro	Leilão de UHEs existentes
13 de novembro	Leilão de reserva de energia
Petróleo e Gás	
7 de outubro	13ª rodada de blocos exploratórios

*Mais informações nos sites das agências reguladoras

GIF – Global Infrastructure Facility

GIF é uma plataforma aberta global, vinculada ao Banco Mundial, que facilita a preparação e estruturação de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) para permitir a mobilização de capital do setor privado e de investidores institucionais. O GIF coordena e integra os esforços dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs), de investidores do setor privado e financistas, bem como governos interessados em investimentos de infraestrutura em mercados emergentes e em desenvolvimento, fomentando a colaboração e a cooperação em projetos complexos.

MIGA – Multilateral Investment Guarantee Agency

MIGA é membro do Banco Mundial e possui como missão promover o investimento externo direto para estimular o crescimento econômico. Como estratégia operacional, a instituição atrai investidores institucionais, promove ações para melhoria do ambiente institucional e fornece garantias contra riscos não comerciais e contra riscos políticos.

* www.newclimateeconomy.report

Brasil desenvolve projetos de infraestrutura como ativo global

O Governo Federal continua a adotar importantes medidas para inserir os investimentos em infraestrutura em uma classe de ativo global. Para atingir esse objetivo, foram apresentados, em maio de 2015, os projetos de infraestrutura para o período de 2015-2018. Entre julho e agosto de 2015, novas medidas foram adotadas para aprimorar aspectos relacionados à atratividade e à rentabilidade dos projetos, ao risco regulatório e à estrutura de governança. Essas medidas visam mobilizar o capital privado e aumentar a eficiência dos recursos públicos.

Maior rentabilidade dos projetos de infraestrutura

- A Taxa Interna de Retorno (TIR) para as próximas concessões de rodovias, portos e aeroportos foi atualizada para alinhar o binômio risco e retorno e tornar os investimentos mais rentáveis aos investidores e compatíveis com a concorrência global. Com os novos parâmetros, a TIR do acionista de longo prazo estimada ficou entre 17% a.a. e 19% a.a., em valores nominais.
- Com a redução do risco do setor privado devido à majoração das expectativas de retorno dos projetos, espera-se tornar os investimentos no Brasil atrativos aos fundos globais de pensão, de investimentos, aos fundos imobiliários, às seguradoras e aos mais de US\$ 90 trilhões* que serão destinados à infraestrutura global nos próximos 15 anos. A medida também coloca o retorno de longo prazo em infraestrutura no Brasil alinhado ao *guidance* dos principais atores do mercado.

Mudanças na governança para tornar os investimentos em infraestrutura mais atrativos e seguros

- O Governo Federal solicitou suporte institucional ao Banco Mundial (BM), ao *Global Infrastructure Facility* (GIF) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para auxiliar na preparação e no estudo dos projetos de infraestrutura, inclusive em aspectos relacionados aos contratos, ao ambiente regulatório e à estruturação financeira dos empreendimentos.
- Entre os dias 24 de setembro e 2 de outubro de 2015, o Brasil receberá uma missão do Banco Mundial e da *Multilateral Investment Guarantee Agency* (MIGA), agência vinculada ao BM, para discutir o suporte financeiro aos projetos de infraestrutura, incluindo aspectos relacionados à remuneração dos investidores e ao pagamento de juros no período de construção dos empreendimentos. Também serão discutidas medidas para aumentar as garantias dos investimentos.

Medidas adicionais para reduzir o risco regulatório

- O Ministério da Fazenda publicou, em agosto de 2015, a Portaria nº. 640 para constituir Grupo de Trabalho (GT) para estudar, consolidar e propor medidas voltadas ao aprimoramento das normas regulatórias com a finalidade de aumentar a segurança jurídica para o investidor e também com o objetivo de promover melhorias do ambiente de negócios no Brasil.
- Estão em andamento tratativas para suporte de garantias com a MIGA para os projetos de infraestrutura.

Transporte

- Em 1º de setembro, foi publicado o Plano de Outorga para a concessão da BR-476, com estimativas de investimentos de R\$ 4,2 bilhões. Trata-se de uma das etapas que antecedem a publicação do edital previsto para o início de novembro.
- Foram estabelecidas novas regras em relação aos antigos leilões de rodovias. Uma delas é a exclusão da exigência de patrimônio líquido mínimo como requisito de qualificação técnica para participação do leilão e o estabelecimento, no contrato, de ritos e prazos para a análise de pleitos de recomposição do

equilíbrio econômico-financeiro por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Anteriormente, não havia prazos claramente definidos para manifestação da Agência. A mudança traz maior previsibilidade aos investidores nos processos de reequilíbrio econômico-financeiro.




Energia

- O Governo Federal lançou, em 11 de agosto de 2015, o Programa de Investimento em Energia Elétrica (PIEE). As estimativas são de contratação de R\$ 186 bilhões entre agosto de 2015 e dezembro de 2015. Deste montante, R\$ 81 bilhões devem ser realizados até 2018, e os R\$ 105 bilhões restantes após 2018.
- As novas contratações de geração de energia devem somar R\$ 116 bilhões em investimentos e acrescentar de 25.000 MW a 31.500 MW ao parque gerador nacional. Por sua vez, no setor de transmissão, os investimentos devem somar R\$ 70 bilhões e adicionar 37.600 quilômetro à malha de transmissão de energia elétrica.
- Foi realizado, em agosto deste ano, leilão de contratação de 669,5 MW de potência nas fontes eólica, hidráulica e termelétrica a um preço médio de R\$ 188,87/MWh. Os investimentos estimados são de R\$ 2,5 bilhões.
- Também foi realizado leilão de geração destinado à contratação de energia de reserva a partir de fonte solar fotovoltaica. Nesta oportunidade foram contratados 833,8 MW de potência na fonte solar ao preço médio de R\$ 301,79/MWh, com investimentos estimados de R\$ 4,3 bilhões.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Novos parâmetros para a Taxa Interna de Retorno - TIR

Tabela 1 - Novos parâmetros para o WACC

	Anterior		Atual	
	WACC	Nota técnica	WACC	Nota Técnica
 Rodovias	7,2%	318/2013	9,2%	002/2015
 Aeroportos	6,63%	675/2013	8,5%	005/2015
 Portos	8,0%	853/2013	10,0%	003/2015

Fonte: Seae/MF

O Ministério da Fazenda atualizou os parâmetros balizadores de cálculo do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) para os próximos leilões de arrendamentos de portos, de rodovias e de aeroportos.

Com base nessas atualizações, o custo médio real ponderado de capital – WACC – ficou em 10% a.a. para portos, 9,2% a.a. para rodovias e 8,5% a.a. para aeroportos. Deve-se frisar que este valor corresponde ao retorno esperado real, já descontada a inflação e após impostos.

Com um WACC mais elevado, criam-se condições para o aumento dos investimentos e maior universalização dos serviços. Desta forma, espera-se uma TIR nominal de longo prazo entre 17% a.a. e 19% a.a..

Este movimento reequilibró o binômio risco e retorno frente às mudanças no cenário macroeconômico e em razão de alterações nas condições de financiamento. As atualizações são importantes para manter a rentabilidade dos investimentos em nível compatível com os riscos assumidos e em patamar compatível com a atração de capital para novos empreendimentos, assegurando-se a confiança dos investidores em manter e em expandir seus planos de negócios.

Desta forma, abre-se a possibilidade para que as tarifas cubram os custos da operação ao mesmo tempo em que sustentam uma taxa de retorno razoável sobre os investimentos em nível compatível com a realidade brasileira.

A metodologia de cálculo dos empreendimentos continua sendo definida pelos parâmetros da Nota Técnica nº 64 STN/SEAE/MF, de maio de 2007, já conhecida pelos investidores e pelas autoridades de controle.

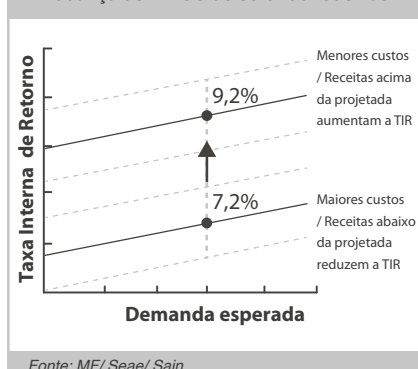
Calculados em função do setor de atividade, do retorno médio esperado do capital e em virtude dos diversos riscos envolvidos nas operações, os novos balizadores para a atualização das taxas foram:

- Taxa Livre de Risco: média de janeiro/1995 a maio/2015 da remuneração nominal dos Títulos do Tesouro norte-americano de dez anos.
- Prêmio de risco de mercado: média de janeiro/1995 a maio/2015 do *Standard & Poor's 500*, acima da taxa livre de risco.
- Prêmio de Risco Brasil: mediana de janeiro/1995 a maio/2015 do EMBI+.
- Taxa de inflação norte-americana: média de janeiro/1995 a abril/2015 do Consumer Price Index (CPI).
- Alavancagem média de 60% de dívida e 40% de capital próprio.

Cabe mencionar que essas novas taxas não correspondem à taxa efetiva de retorno dos empreendimentos, pois a rentabilidade final depende das características intrínsecas da concessão, dos riscos idiossincráticos relacionados e da estrutura de capital adotada.

Se o empreendimento conseguir controlar adequadamente os custos da operação, o retorno real pode superar o retorno arbitrado no contrato. Caso contrário, o retorno pode vir abaixo do previsto. O setor privado ainda fica sujeito aos riscos de demanda e de

Figura 1 -
Mudança do WACC do setor de rodovias



Fonte: MF/ Seae/ Sain

operação do negócio, mas possui um importante balizador que assegura que os riscos possam ser suportados pela parte com maior capacidade de gerenciá-los e mitigá-los. Com isso, asseguram-se a melhoria da eficiência dos serviços prestados e a otimização do retorno financeiro.

Reajustes e revisões tarifárias de concessões do setor de transporte

Em observância aos preceitos contratuais, dentre elas a data-base anual, a ANTT deu prosseguimento aos processos de revisão e reajuste tarifário das concessões ferroviárias e rodoviárias federais.

Destaca-se que o Art. 17 da Lei nº 13.103/2015, chamada de Lei dos Caminhoneiros, possibilitou que os veículos de transporte de cargas que circularem vazios não pagarão pedágio sobre os eixos suspensos. Essa alteração unilateral da administração ensejou a necessidade de promoção do reequilíbrio econômico-financeiro para os contratos de concessão de rodovias.

Atendendo a pleitos das concessionárias com vistas a reequilibrar os contratos, a ANTT está realizando revisões extraordinárias, com vigência a partir da data-base de cada contrato, baseadas em estimativas de perda de arrecadação de cada concessionária decorrente deste fato. Quando da realização dos próximos eventos de reajuste tarifário, o cálculo de reequilíbrio de cada contrato será posteriormente revisado em base em dados reais de perda da receita.



Tabela 2 - Concessões rodoviárias

Concessionária	Resolução ANTT	Revisão ordinária	Revisão extraordinária	Metodologia para reajuste	Reajuste concedido
Concer	4.805/15	22 ^a	9 ^a	IPCA	24,37%
Nova Dutra	4.788/15	20 ^a	11 ^a		16,80%
Via 040	4.787/15	-	2 ^a		37,12%
Rota do Oeste	4.811/15	-	3 ^a		65,86%

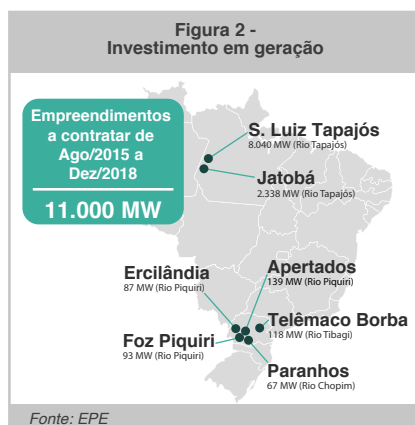


Tabela 3 - Concessões ferroviárias

Concessionária	Resolução ANTT	Metodologia para reajuste	Reajuste concedido
Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM	4.789/15	IGP-DI	6,21%
Estrada de Ferro Carajás - EFC	4.790/15		6,21%
Ferrovias Norte-Sul (FNS)	4.828/15		3,78%

PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM ENERGIA ELÉTRICA

Figura 2 - Investimento em geração



No dia 11 de agosto deste ano, o Governo Federal lançou o Programa de Investimento em Energia Elétrica (PIEE), com estimativa da contratação de energia elétrica entre agosto de 2015 e dezembro de 2018. Nesse horizonte temporal é prevista a contratação de empreendimentos que vão gerar investimentos totais de R\$ 186 bilhões nos setores de geração e transmissão de energia elétrica, dos quais R\$ 81 bilhões devem ser realizados até 2018, e os R\$ 105 bilhões restantes após 2018.

As novas contratações devem somar R\$ 116 bilhões em investimentos, e acrescentar de 25.000 MW a 31.500 MW ao parque gerador nacional. Por sua vez, no setor de transmissão, os investimentos devem somar R\$ 70 bilhões e adicionar 37.600 quilômetros à malha de transmissão de energia elétrica.

Tabela 4 - Investimentos em geração

Usinas	Potência (MW)
Hidrelétricas	11.000
PCH	1.000 a 1.500
Eólicas	4.000 a 6.000
Solar	3.500 a 4.500
Térmicas a biomassa	2.500 a 3.500
Térmicas fósseis	3.000 a 5.000
Total	25.000 a 31.500

Figura 3 - Investimentos em geração de energia elétrica

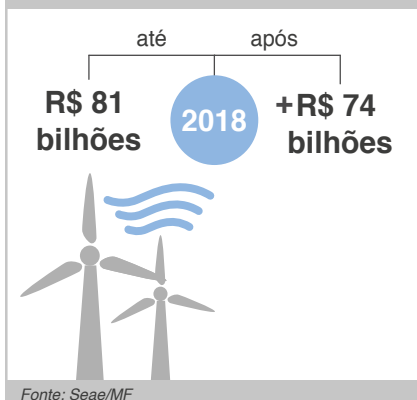


Tabela 5 - Investimento em transmissão

		Linhas de transmissão (em km)	Investimentos estimados (*) (R\$ bilhões)		
			Até 2018	Após 2018	Total
Leilões com estudos concluídos	Ago/15	5.000	8	-	8
	Out/15	2.000	4	-	4
	Dez/15**	8.500	12	-	12
	2016	8.300	10	7	17
	Total	23.800	34	7	41
Leilões com estudos em andamento	2016-1018	13.800	5	24	29
	Total	37.600	39	31	70

Fonte: EPE

*Inclui investimento em subestações

** Parcela poderá ser leiloada em 2016

Condições de financiamento para geração

Tabela 6 - Condições atuais do BNDES para geração

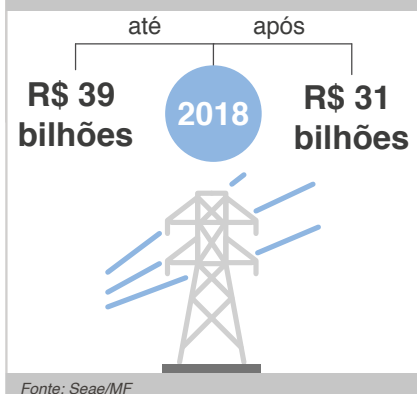
Participação	<ul style="list-style-type: none"> UHE: até 50%, observando ICSD \geq 1,2 EOL, BIO, PCH e UFV: até 70%, observando ICSD \geq 1,2
Prazo	<ul style="list-style-type: none"> Hídrica (UHEs) com capacidade instalada igual ou superior a 1000 MW: até 20 anos Hídrica (UHEs) com capacidade instalada superior a 30 MW e inferior a 1000 MW: até 20 anos A partir da biomassa, energia solar, pequenas centrais hidrelétricas e outras energias alternativas: até 20 anos Eólicas, e geração de vapor a partir de biomassa: até 16 anos
Taxa	<ul style="list-style-type: none"> TJLP + 1,2% + spread de risco

ICSD – Índice de cobertura do serviço da dívida

TJLP – Atualmente em 7,0%

O financiamento do BNDES está condicionado ao atendimento dos requisitos de conteúdo nacional

Figura 4 - Investimentos em transmissão de energia elétrica



A minuta do edital do leilão faz parte dos documentos que subsidiam a audiência e está disponível no site da agência reguladora (<http://www.aneel.gov.br>).

Leilões de UHE's existentes

Está agendado para 30 de outubro deste ano o Leilão de Contratação das Concessões de Usinas Hidrelétricas em regime de alocação de cotas de garantia física e potência, que não foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu a Audiência Pública nº 54/2015 sobre o tema.

Leilão A-3

Em agosto deste ano, foi realizado um leilão destinado à contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir das fontes hidráulica, eólica e térmica – a gás natural, inclusive em ciclo combinado, ou a biomassa – no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com início de suprimento em 1º de janeiro de 2018 (Leilão A-3).

Neste leilão, foram contratados 669,5 MW de potência nas fontes eólica, hidráulica (Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH) e termelétrica (a biomassa ou gás natural), a um preço médio de R\$ 188,87/MWh, com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões.

Leilão de Energia de Reserva

Em agosto deste ano, foi realizado o 1º Leilão de Energia Reserva de 2015. Foram contratados 30 empreendimentos de geração de energia solar fotovoltaica (833,8 MW de potência) somando capacidade de 1.043 megawatts-pico (MWp). O preço médio do leilão ficou em R\$ 301,79/MWh, refletindo deságio de 13,5% em relação ao preço inicial.

Os investimentos estimados para implantação desses empreendimentos são de R\$ 4,3 bilhões e com o deságio obtido, estima-se economia de R\$ 1,9 bilhão para o consumidor ao longo dos 20 anos do contrato das usinas.

Leilão de transmissão de energia elétrica

No leilão de transmissão de energia elétrica realizado em agosto deste ano, foram arrematados 4 dos 11 lotes disponibilizados, com estimativa de investimentos de R\$ 1,5 bilhão (19% do total ofertado). Em termos de extensão das linhas de transmissão, os lotes arrematados correspondem a 914 quilômetros, ou 20% da extensão ofertada.

Dentre as razões para a baixa participação no leilão, pode-se destacar a demora na obtenção das licenças necessárias à execução da obra. Neste sentido, algumas medidas estão sendo estudadas pelo governo para aprimoramento do modelo e devem ser implementadas nos próximos leilões. Dentre elas, cabe destacar a adoção de um regime de *fast-track* envolvendo as licenças fundiárias, ambientais e relacionadas à preservação do patrimônio histórico. Neste caso, o foco não é o relaxamento dos cuidados a serem observados e sim a redução da burocracia do processo licitatório. Além disso, o Governo está avaliando medidas de atração de capital estrangeiro e o WACC a ser aplicado no leilão.

Leilão da Celg-D

Está em andamento o processo de privatização da Celg Distribuição S.A. - Celg-D, empresa distribuidora de energia elétrica do Estado de Goiás, controlada pela Eletrobrás e com participação acionária da Companhia Celg de Participações - Celg-Par. A expectativa é que o leilão de venda do controle acionário da Celg-D seja realizado em dezembro deste ano. O BNDES é o gestor da venda.

Licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural

Está prevista para 7 de outubro de 2015 a realização da 13ª Rodada de licitações de blocos exploratórios para concessão das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. A rodada contempla 266 blocos exploratórios distribuídos em áreas *onshore* e *offshore*. Os critérios de julgamento das ofertas promovidas no certame permanecem os mesmos já consolidados nas rodadas anteriores. São eles: a) programa exploratório mínimo (40%); b) conteúdo local (20%); e c) bônus de assinatura (40%). O valor mínimo estipulado no edital para o bônus de assinatura é de aproximadamente R\$ 979 milhões.

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Apesar de ser a sétima maior economia do mundo em termos de PIB, de acordo com o Relatório de Competitividade Global 2014-2015, o Brasil está entre os países com infraestrutura de transporte menos desenvolvida (o Brasil ficou em 57º lugar entre 144 países), o que reduz a competitividade do agronegócio, do setor industrial, de serviços e impacta negativamente o produto potencial do país.

Para atacar esse problema, o Governo vem modificando o ambiente regulatório para atrair a participação do setor privado e colocar em prática a execução de importantes projetos de infraestrutura.

Os projetos de infraestrutura com participação do setor privado responderam por 1,1% do PIB em 2011. A expectativa do Governo Federal é aumentar esse patamar para 1,8% do PIB em 2016.

Os números apresentados na tabela 7 reportam as concessões federais já realizadas entre janeiro de 2011 e março de 2015, e autorizações nos setores de portos, rodovias e aeroportos.

A primeira etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL 1) foi anunciada em 15 de agosto de 2012, com concessões de rodovias e ferrovias. Em dezembro do mesmo ano, o programa foi expandido para os setores de portos e aeroportos. Em 9 de junho de 2015, foi anunciado a segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL 2) para modernizar a infraestrutura de transporte como parte da estratégia de retomada do crescimento. Considerando o conjunto dos projetos do PIL, os investimentos das novas concessões estão sintetizados na tabela a seguir.

Tabela 7 - Projetos de investimento em estágio de implementação

Setor	Número de projetos	Valor contratado (R\$ bilhões)
Portos	41	11,14
Rodovias	7	34,29
Aeroportos	2	9,1
Total	50	54,53

Fonte: Seae/MF

Tabela 8 - Investimentos - Projetos

	Número de projetos	Valor em (R\$ bilhões)
Novas concessões em ferrovias	5	70,4
Novos investimento em ferrovias - já concedidas	-	16
Portos (terminais)	50	11,9
Portos (terminais para uso privado)	65 pedidos de autorização	9,3
Portos (renovação antecipada)	22 pedidos em análise	8,7
Novas concessões em rodovias	15	49,0
Novos investimento em rodovias - já concedidas	11	15,3
Aeroportos internacionais	4	8,4
Aeroportos regionais	7	0,1
Total		189,1

Fonte: Seae/MF

Novas concessões



Tabela 9 - Arrendamentos de terminais em portos organizados (previsão)

Arrendamentos portuários							
Bloco	Município	Nome do terminal	Capex estimado (R\$ milhões)	Tipo de carga prevista	Capacidade de movimentação futura (em milhões de toneladas)	Prazo (anos)	Previsão do Leilão
1 - Fase 1	Barcarena/PA	VDC29	501,1	Grãos	5,1	25	2º/2015
	Belém/PA	OUT1	218,2	Grãos	3,4		
		OUT2	218,2		3,4		
		OUT3	218,2		3,4		
	Santarém/PA	STM01	356,0	Grãos	5,1		
	Santos/SP	STS07 - Macuco	143,6	Carga geral - celulose	1,8		
		STS36 - Paquetá	199,6	Carga geral - celulose	1,8		
STS04 - Ponta da Praia		296,9	Grãos	6,5			
Subtotal Bloco 1 - Fase 1			2.151,8	-	30,5	-	
1 - Fase 2	Barcarena/PA	VCD04	357,6	Alumina, coque/carvão	4,4	25	2º/2015
		VDC12	408,7	Diesel, biodiesel, gasolina, álcool anidro, álcool hidratado, querosene, óleo combustível, soda cáustica	3,7		
		VDC28	127,9	Diesel, biodiesel, gasolina, álcool anidro, álcool hidratado, querosene, óleo combustível, soda cáustica	0,9		
	Belém/PA	BEL01	145,7	Contêineres e carga geral	1,4		
		BEL02	117,7	Combustíveis	1,0		
		BEL03	117,7	Combustíveis	1,0		
		BEL04	105,4	Diesel, gasolina e querosene	0,9		
		BEL05	12,6	Produtos gasosos	0,1		
		BEL06	11,0	Produtos gasosos	0,1		
		BEL07	117,7	Combustíveis	1,0		
		BEL08	159,5	Diesel, gasolina e querosene	0,9		
		BEL09	63,8	Diesel, gasolina, querosene e GLP	0,5		
		BEL10	117,7	Combustíveis	1,0		
	MIR01	20,6	GLP	0,1			
	Santarém/PA	STM02	136,5	Fertilizantes	1,6		
STM04		11,0	Diesel, gasolina, querosene e etanol	0,1			
STM05		2,0	Diesel, gasolina, querosene e etanol	0,3			

Tabela 9 - Arrendamentos de terminais em portos organizados (previsão)

Arrendamentos portuários							
Bloco	Município	Nome do terminal	Capex estimado (R\$ milhões)	Tipo de carga prevista	Capacidade de movimentação futura (em milhões de toneladas)	Prazo (anos)	Previsão do Leilão
1 - Fase 2	Santos/SP	STS10 - Saboó	203,7	Contêineres, veículos e carga geral	3,2	25	2º/2015
		STS11 - Outeirinhos	136,4	Fertilizantes	3,3		
		STS13 - Ilha Barnabé	187,9	Derivados de petróleo, químicos, soda cáustica, outros	0,7		
		STS15 - Conceiçãozinha	34,2	Contêineres	0,1		
		STS20 - Outeirinhos	150,0	Sal / Fertilizantes	2,2		
		STS25 - Alamoia	156,8	Derivados de petróleo, químicos, etanol e óleos vegetais	0,4		
Subtotal Bloco 1 - Fase 2			2.914,5	-	28,9	-	-
2	Aratu/BA	ATU12	326,4	Granéis minerais	2,8	25	1º/2016
	Itaqui/MA	IQI31	333,0	Granéis minerais	4,3		
		IQI18	208,2	Carga geral	2,0		
	Manaus/AM	MAO01	890,9	Contêineres	7,9		
	Paranaguá/PR	PAR01	120,3	Cargas gerais - celulose	1,3		
		PAR03	186,7	Granéis minerais	3,8		
		PAR07	279,4	Grãos	6,3		
	Paranaguá/PR	PAR08	203,4	Grãos	6,6		
		PAR09	115,5	Grãos e açúcar	3,0		
		PAR12	54,8	Veículos	0,4		
	Rio de Janeiro/RJ	RDJXX	62,7	Grãos - trigo	1,0		
	Santana/AP	MCP01	47,4	Carga geral - produtos florestais	0,9		
	Santos/SP	STSXX	950,0	Grãos	14,0		
		STSYX	44,6	Granéis líquidos	0,6		
	São Francisco do Sul/SC	SFSXX	200,0	Carga geral	3,0		
	São Sebastião/SP	SSB01	1.077,0	Ro Ro, contêineres e carga geral	9,1		
	Suape/PE	SUA05	981,1	Contêineres	10,9		
SUA07		678,5	Granéis minerais	12,7			
SUA10		363,3	Granéis minerais, exceto ferro	3,4			
SUAXX		45,0	Veículos	0,2			
SUAYY		40,0	Grãos - trigo	0,5			
Subtotal Bloco 2			7.208,2	-	94,7	-	-
Total Geral			12.274,5	-	154,1	-	-

Fonte: Governo Federal



Aeroportos

Tabela 10 - Previsão de concessão de aeroportos internacionais

Aeroporto internacional	Movimentação de passageiros em 2014	Capex (R\$ bilhões)	PMI - Data de autorização das empresas interessadas	PMI - Quantidade de empresas autorizadas	Data limite para entrega dos estudos das PMIs (estimativa)	Data estimada para o leilão (trimestre)	Principais investimentos
Florianópolis/SC (Hercílio Luz)	3.629.074	1,1	24/07/15	11	90 dias corridos após autorização das empresas interessadas (22/10/2015)	1º/2016	Novo terminal de passageiros e pátio
Fortaleza/CE (Pinto Martins)	6.501.822	1,8	24/07/15	10		1º/2016	Ampliação de pátio e terminal de passageiros
Porto Alegre/RS (Salgado Filho)	8.447.380	2,5	24/07/15	10		1º/2016	Ampliação de pista, pátio e terminal de passageiros
Salvador/BA (Deputado Luís Eduardo Magalhães)	9.152.159	3	24/07/15	10		1º/2016	Ampliação de terminal de passageiros e construção da 2ª pista

Fonte: Governo Federal

Figura 5 - Mapa dos aeroportos

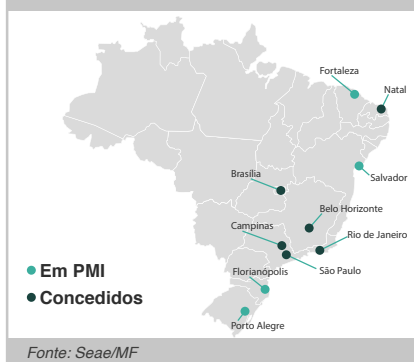


Tabela 11 - Previsão de concessão de aeroportos regionais delegados

Aeroporto	Capex (R\$ milhões)	Serviço aéreo típico	Prazo de concessão (anos)	Modelo de concessão
Araras/SP	7,7	Aviação geral	20	Comum
Bragança Paulista/SP	10,8	Aviação geral	30	Em bloco
Caldas Novas/GO	0,65	Aviação comercial	20	Comum
Campinas/SP (Amarais)	14,6	Aviação geral	30	Em bloco
Itanhaém/SP	9,2	Aviação geral	30	Em bloco
Jundiaí/SP	22,6	Aviação geral	30	Em bloco
Ubatuba/SP	12,7	Aviação geral	30	Em bloco

Fonte: Governo Federal



Tabela 12 - Previsão de concessão de rodovias

Rodovia	Extensão total (km)	Capex (R\$ bilhões)	PMI - Data de autorização das empresas interessadas	PMI - Quantidade de empresas autorizadas	Data limite para entrega dos estudos das PMIs	Período de realização de audiência pública	Data estimada de publicação do edital do leilão
BR-476/153/ 282/480/PR/SC ¹	399	4,3	19/05/2014	7	Entregue 15/01/15	14/07/15 a 30/07/15	4º trimestre/15
BR-163/230/MT/PA ²	976	6,6	19/05/2014	7	Entregue 14/05/15	-	4º trimestre/15
BR-060/364/GO/MT ³	704	4,1	19/05/2014	9	Entregue 14/05/15	-	4º trimestre/15
BR-364/365/GO/MG ⁴	437	2,8	19/05/2014	6	Entregue 08/06/15	16/09/15 a 02/10/15	4º trimestre/15
BR-101/BA	199	1,6	28/07/2015	28	180 dias corridos após autorização das empresas interessadas (Data prevista exceto BR-262/381: 24/01/16; Data prevista BR-262/381: 28/02/16)	-	-
BR-101/SC	220	1,1	28/07/2015	34		-	-
BR-101/116/ 290/386/RS	581	3,2	28/07/2015	29		-	-
BR-101/232/PE	564	4,2	28/07/2015	23		-	-
BR-101/493/465 RJ/SP	357	3,1	28/07/2015	26		-	-
BR-280/SC	307	2,1	28/07/2015	29		-	-
BR-262/MS	327	2,5	28/07/2015	29		-	-
BR-262/ 381/MG	305	1,9	01/09/2015	26		-	-
BR-267/MS	249	2,0	28/07/2015	27		-	-
BR-282/470/SC	455	3,2	28/07/2015	28		-	-
BR-364/MT/RO	806	6,3	28/07/2015	20		-	-

Fontes: Ministério dos Transportes

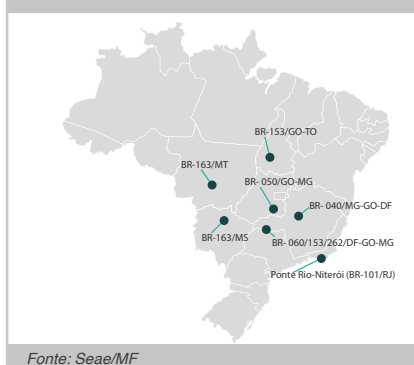
Empresa que desenvolveu o estudo escolhido:

¹ - J. Malucelli Construtora de Obras S.A. e Concesol Engenharia LTDA,

^{2,3} - Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.,

⁴ - EGP - Empresa Global de Projetos LTDA

Figura 6 - Mapa das rodovias



Aprovado plano de outorga da BR-476 e aberta audiência pública da BR-364/365

O Ministério dos Transportes publicou o plano de outorga para concessão do trecho das rodovias BR-476/153/282/480/PR/SC, do Programa de Investimentos em Logística (PIL), com investimentos previstos de R\$ 4,2 bilhões.

Esse trecho rodoviário de 399 quilômetros, a ser concedido para a iniciativa privada, é composto pelas rodovias BR-476/PR, trecho entre Lapa e União da Vitória/PR; BR-153, entre União da Vitória/PR e o entroncamento da BR- 282; BR-282, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 e o entroncamento com a BR-480; e BR-480, entre o entroncamento com a BR-282 e Chapecó/SC.

Figura 7 -
BR-476/153/282/480/PR-SC



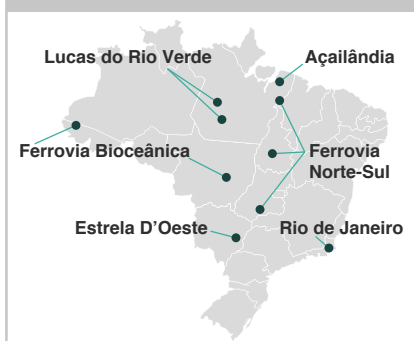
Fonte: Seae/MF

Figura 8 -
BR-364/365/GO-MG



Fonte: Seae/MF

Figura 9 -
Mapa das ferrovias



Fonte: Seae/MF

Além do plano de outorga, a ANTT encaminhou ao Tribunal de Contas da União (TCU), para análise e aprovação, estudos relacionados ao trecho, assim como as minutas do edital e do contrato de concessão.

Para ampliar a atratividade do certame, foram estabelecidas regras inovadoras em relação aos leilões anteriores de rodovias. Uma delas é a exclusão da exigência de patrimônio líquido mínimo, mantidos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira necessários, e o estabelecimento de regras e prazos para a análise de pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

A ANTT submeteu em audiência pública as minutas de edital e de contrato de concessão do programa de exploração da rodovia e os estudos de viabilidade, para concessão de 437 quilômetros das Rodovias BR-364/365/GO/MG, trecho entre o entroncamento com a BR-060, em Jataí/GO e o entroncamento com a LMG-479, em Uberlândia/MG. O trecho possui Capex estimado em R\$ 2,85 bilhões.

Adicionalmente, é importante destacar que a participação de empresas estrangeiras está sendo incentivada. A concessão consiste na exploração por 30 anos da infraestrutura e da prestação do serviço de recuperação, conservação, manutenção, operação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade no trecho.

A cobrança da tarifa de pedágio somente poderá ter início após a conclusão dos trabalhos iniciais no sistema rodoviário e a execução de 10% das obras de duplicação.



Ferrovias

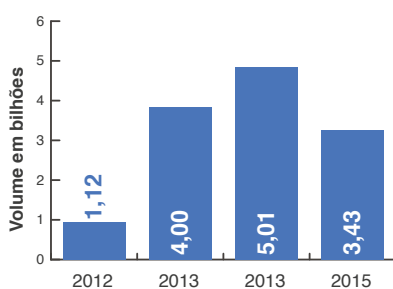
Tabela 13 - Previsão de concessão de ferrovias

Ferrovia	Extensão total estimada (km)	Capex estimado (R\$ bilhões)	Data prevista para entrega dos estudos das PMIs	Data estimada para licitação
Ferrovia Norte-Sul (Anápolis/GO - Palmas/GO e Açailândia/MA - Barcarena/PA)	1.430	6,3	30/10/15	2016
Ferrovia Norte-Sul (Anápolis/GO - Estrela D'Oeste/SP - Três Lagoas/MS)	895	4,9	30/09/15	2016
Lucas do Rio Verde/MT - Miritituba/PA	1.140	9,9	30/10/15	2016
Rio de Janeiro/RJ – Vila Velha/ES	572	7,8	-	2016
Bioceânica	3.500	40	-	-

Fonte: Ministério dos Transportes

DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

Figura 10 - Volume de distribuição das debêntures incentivadas de infraestrutura - Art. 2º Lei nº 12.431/2011 2012 - Agosto/2015



Fonte: Anbima e portarias ministeriais
Elaboração: Seae/MF

O principal desafio dos países do G20 consiste em suprir a alta demanda por fundos estáveis para infraestrutura. Para enfrentar esse cenário, o Brasil adotou uma série de mecanismos, por meio da lei nº 12.431/2011, para facilitar e incentivar a emissão desses instrumentos.

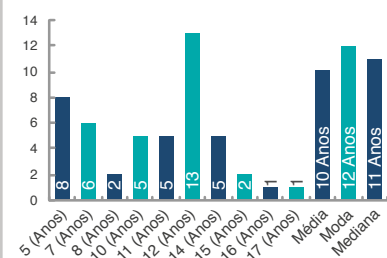
Com efeito, desde 2012 o volume e o valor das emissões de debêntures incentivadas de infraestrutura aumentaram gradualmente. Com grande participação de investidores institucionais locais e também de pessoas físicas, entre janeiro de 2012 até agosto de 2015, o volume emitido superou R\$ 13,6 bilhões, totalizando 80 projetos vinculados aos setores de energia, de rodovias, de ferrovias e de saneamento. Já o Capex foi de R\$ 75 bilhões, com alavancagem média de 18%.

Destaca-se a emissão, em agosto de 2015, de R\$ 1,35 bilhão em debêntures incentivadas de infraestrutura por parte da Vale. Considerando a elevada procura pelos papéis, o volume de emissão superou o valor inicialmente definido pela companhia de R\$ 1 bilhão.

Os papéis foram emitidos em duas séries. A taxa da operação da primeira série ficou em IPCA mais 6,62% ao ano. Já na segunda série, a taxa da operação fechou em IPCA mais 6,63% ao ano. Desta forma, a taxa da operação ficou 0,5% acima do valor pago pelos títulos do Tesouro Nacional. Os *durations* foram, respectivamente, de 4,37 anos e 5,74 anos.

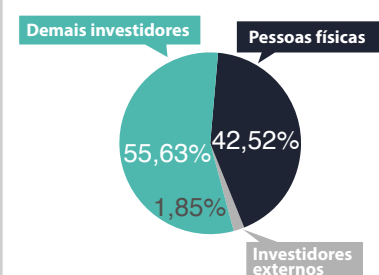
Os recursos captados pela mineradora serão utilizados no projeto de expansão da Estrada de Ferro Carajás.

Figura 11 - Prazo de vencimento das debêntures - série emitida (em anos)
Art. 2º Lei nº 12.431/2011 - 2012 - Agosto/2015



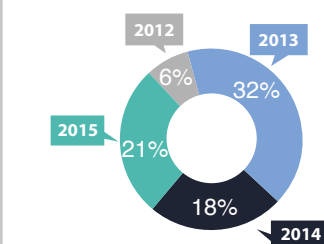
Fonte: Escrituras de emissão de debêntures
Elaboração: Seae/MF

Figura 12 - Resumo da distribuição das debêntures - Art. 2º Lei nº 12.431/2011 - 2012 - Agosto/2015



Fonte: Anbima e bancos coordenadores
Elaboração: Seae/MF

Figura 13 - Grau de média - Portarias que emitiram debêntures
Art. 2º Lei nº 12.431/2011 - 2012 - Agosto/2015



Fonte: Anbima e portarias ministeriais
Elaboração: Seae/MF

Tabela 14 - Quantidade de debêntures de infraestrutura emitidas - Art. 2º Lei 12.431/11

Debêntures incentivadas	Quantidade de debêntures				
	2012	2013	2014	2015	Quantidade total emitida
ICVM 400	2	5	5	3	15
ICVM 476	3	4	14	8	29
Total	5	9	19	11	44

Fonte: Anbima e portarias ministeriais. Elaboração: Seae/MF

Tabela 15 - Portarias autorizativas Debêntures de infraestrutura - Art. 2º Lei 12.431/11 - Capex

Situação das portarias	(Valor R\$ milhões)				
	2012	2013	2014	2015	Total (R\$ milhões)
Capex - Vinculado às debêntures emitidas	18.699	12.592	27.211	16.480	74.982
Capex - Aguardando emissão de debêntures	31.387	35.085	44.291	46.153	156.916
Total	33.399	37.098	46.305	48.168	231.898

Fonte: Anbima e portarias ministeriais. Elaboração: Seae/MF

Tabela 16 - Quantidade de portarias

Situação das portarias	Quantidade				
	2012	2013	2014	2015	Total (quantidade)
Quantidade (portarias) - vinculadas às debêntures emitidas	5	9	40	26	80
Quantidade (portarias) - aguardando emissão de debêntures	9	43	77	83	212
Total	14	52	117	109	292

Fonte: Anbima e portarias ministeriais. Elaboração: Seae/MF

AGENDA REGULATÓRIA



No setor rodoviário, a ANTT realizou, desde julho de 2015, as audiências públicas de nº 06/2015 e nº 07/2015 e uma consulta pública ANTT de nº 04/2015.

Já a audiência pública ANTT nº 08/2015 submete as minutas de edital e de contrato, o programa de exploração e os estudos de viabilidade para concessão da rodovia BR-364/365/GO/MG, no trecho entre o entroncamento com a BR-060, em Jataí/GO, e o entroncamento com a LMG-479, contorno oeste de Uberlândia/MG. O presente instrumento foi aberto pela ANTT, no dia 16 de setembro, e receberá contribuições da sociedade até o dia 02 de outubro, às 18h. Nesse ínterim, serão realizadas audiências públicas presenciais nas cidades de Jataí/GO, em 24 de setembro, em Uberlândia/MG, em 25 de setembro, e em Brasília/DF, em 29 de setembro. As contribuições a serem recebidas serão analisadas e respondidas pela ANTT, podendo vir a ser utilizadas para o aprimoramento dos documentos da presente concessão.

A audiência pública ANTT nº 06/2015 visou tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de edital, contrato e ao programa de exploração da rodovia e aos estudos de viabilidade para concessão das rodovias BR-476/PR, no trecho entre Lapa/PR e União da Vitória/PR e a divisa SC/RS; BR-282, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 e o entroncamento com a BR-480; e BR-480 no trecho entre o entroncamento com a BR-282 e Chapecó/SC. As contribuições recebidas da sociedade já foram analisadas, respondidas e algumas delas aceitas pela ANTT (o relatório da audiência pública está disponível para consulta no site da agência). Como resultado da audiência pública, teve-se o ajuste dos documentos divulgados, especialmente o edital, de forma a facilitar a atração e a participação de investidores estrangeiros na licitação para concessão deste trecho rodoviário.

A audiência pública ANTT nº 07/2015 objetivou tornar pública e colher sugestões para a proposta de minuta de resolução que aborda a atualização/revisão da metodologia



Rodovias

para cálculo da Taxa de Retorno do Fluxo de Caixa Marginal – WACC, de que trata o Art. 5º da resolução nº 4.075, de 3 de abril de 2013. A atualização/revisão desta metodologia, prevista para ocorrer a cada cinco anos, ocorreu extraordinariamente em razão da necessidade de atualizar a remuneração às atuais condições econômicas. Esta taxa é utilizada para remunerar as concessionárias de rodovias federais pelos novos investimentos realizados ou em vias de serem realizados não previstos no Programa de Exploração Rodoviário – PER. O relatório de audiência pública ainda não foi publicado.

A consulta pública ANTT nº 04/2015 visou tornar pública e obter subsídios para a proposta de revisão do Art. 10 da Resolução ANTT nº 3.651/2011, de forma a tornar mais claro o marco inicial de cada intervalo quinquenal da TIR do Fluxo de Caixa Marginal para novos investimentos.



Portos

Para o setor de transporte aquaviário, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq realizou a audiência pública nº 02/2015 e está aberta a audiência pública de nº 03/2015 para o recebimento de contribuições da sociedade.

A audiência pública Antaq nº 02/2015 buscou obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de ato normativo aprovada pela resolução nº 4.262-Antaq.

A audiência pública Antaq nº 03/2015, com previsão de encerramento em 2 de outubro de 2015, visa obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de ato normativo aprovada pela resolução Antaq nº 4.271.



Aeroportos

Em relação ao setor aéreo, a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac realizou em julho audiências públicas visando à certificação de elementos de projetos aeronáuticos e visando proposição de emenda ao Regime Brasileiro da Aviação Civil nº 111 (RBAC nº 111), que trata do Programa Nacional de Controle da Qualidade em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita.

Ademais, estão abertas audiências públicas, com previsão de encerramento em 3 de outubro, com vistas a apresentar proposta de edição do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial nº 94 (RBAC-E nº 94), que trata sobre requisitos gerais para veículos aéreos não tripulados e aeromodelos, e proposta de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67), que aborda os requisitos para concessão de certificados médicos aeronáuticos, para o credenciamento de médicos e clínicas e para o convênio com entidades públicas.

Tabela 17 - Audiências públicas realizadas desde julho/2015

Agência	No.	Tema	Data de abertura	Data de encerramento
Aneel	AP 32/2015	Obter subsídios com vistas ao aprimoramento dos instrumentos para a repactuação do risco de deslocamento da geração hidrelétrica participante do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.	23/09/15	07/10/15
Aneel	AP 37/2015	Revisão dos procedimentos de acesso ao sistema de distribuição por meio de conexão a instalações de propriedade de distribuidora	05/06/15	04/09/15
Aneel	AP 50/2015	Quarta revisão tarifária periódica da DME Distribuição S.A. - DMED, a vigorar a partir de 28 de outubro de 2015, e definição dos limites dos indicadores de continuidade de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para 2016 a 2019	05/08/15	04/09/15
Antaq	AP 2/2015	Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de ato normativo aprovada pela resolução nº 4.262-Antaq, que dispõe sobre outorga de autorização à pessoa jurídica que tenha por objeto o transporte aquaviário, constituída nos termos da legislação brasileira e com sede e administração no país, para realizar o transporte nas navegações de cabotagem e longo curso, ou operar nas navegações de apoio marítimo e apoio portuário.	10/08/15	18/09/15
Antaq	AP 3/2015	Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de ato normativo aprovada pela resolução nº 4.271-Antaq, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas.	10/08/15	02/10/15
Aneel	AP 52/2015	Proposta de regulamentação da Lei nº 12.334/2010, que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, no âmbito do setor elétrico brasileiro.	13/08/15	14/09/15
Aneel	AP 54/2015	Aprimoramento da minuta do edital e respectivos anexos do leilão nº 12/2015-Aneel, Denominado Leilão de Contratação de Concessões de Usinas Hidrelétricas em regime de alocação de cotas de garantia física e potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com a redação dada pela Medida Provisória nº 688/2015.	19/08/15	18/09/15
ANP	CP 16/2015	Minuta de resolução que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade comercial exportadora e a sua regulamentação	19/08/15	17/09/15
Aneel	AP 56/2015	Resolução Normativa visando a regulamentação dos procedimentos necessários ao cumprimento da Medida Provisória nº 679/2015	26/08/15	04/09/15
Aneel	AP 55/2015	Aprimoramento da minuta do edital e respectivos anexos do leilão nº 09/2015, denominado 2º LER de 2015, o qual se destina à contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração a partir de fontes solar fotovoltaica e eólica, com início de suprimento em 1º de novembro de 2018	26/08/15	26/09/15
Aneel	AP 57/2015	Definição do cálculo das tarifas específicas dos associados da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace decorrente da suspensão do pagamento de parte controversa do encargo tarifário Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), constante da Nota Técnica nº 220/2015-SGT/Aneel.	27/08/15	16/09/15
Aneel	AP 58/2015	Obter subsídios para: (i) alteração das regras de comercialização para permitir que restrições elétricas entre Reservatórios Equivalentes de Energia - REEs sejam mantidas para formação de preço, do mesmo modo que restrições elétricas decorrentes do atraso de linhas de transmissão/distribuição que representem limitação de escoamento de energia; e (ii) autorização para utilização da versão 20.2 do Modelo Newave e da versão 22.8 do Modelo Decomp pelo ONS e CCEE	02/09/15	15/09/15
ANTT	AP 8/2015	Submete as minutas de edital e de contrato, do programa de exploração da rodovia e dos estudos de viabilidade para concessão da rodovia BR-364/365/GO/MG, no trecho entre o entroncamento com a BR-060, em Jataí/GO, e o entroncamento com a LMG-479, contorno oeste de Uberlândia/MG	16/09/2015	02/10/2015
Anac	AP 13/2015	Proposta de edição do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial nº 94 (RBAC-E nº 94), intitulado "Requisitos gerais para veículos aéreos não tripulados e aeromodelos", e proposta de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67), intitulado "Requisitos para concessão de certificados médicos aeronáuticos, para o credenciamento de médicos e clínicas e para o convênio com entidades públicas".	03/09/15	03/10/15

NOTÍCIAS DO SETOR

Em 14 de agosto de 2015, O Ministério dos Transportes divulgou orientações para as empresas autorizadas a elaborar os estudos técnicos dos trechos que estão sendo estudados dentro do Processo de Manifestação de Interesse – PMI, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o processo de elaboração dos estudos. Ressalta-se que as empresas autorizadas terão 180 dias para desenvolver os estudos, contados a partir da data de publicação das portarias de autorização das empresas.

Em 01 de setembro de 2015, o Ministério também publicou, no Diário Oficial da União – DOU, a aprovação do plano de outorga para a concessão da BR-476/153/282/480/PR/SC. O plano de outorga tem o objetivo de subsidiar a nova concessão, apresentar informações do trecho a ser concedido e explicitar a situação atual e as projeções de melhorias. No dia anterior, a ANTT já havia enviado para análise do Tribunal de Contas da União os documentos relativos ao trecho (estudos e as minutas de edital e de contrato).

MONITORAMENTO PMI

Novos editais de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) foram lançados desde julho de 2015. Os setores contemplados são os de infraestrutura aeroportuária, portuária e rodoviária, coordenados respectivamente pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), pela Secretaria de Portos (SEP) e pelo Ministério dos Transportes (MT).

No setor de rodovias, foram lançados editais para o desenvolvimento de estudos relativos a 11 trechos rodoviários federais: BR-101/BA, BR-101/SC, BR-262/MS, BR-267/MS, BR-280/SC, BR-364/MT/RO, BR-101/232/PE, BR-381/262/MG/ES, BR-470/282/SC, BR-101/465/493/RJ/SP, BR-101/116/290/386/RS. No dia 29 de julho, para todas as rodovias exceto a BR-381/262/MG/ES, e 01 de setembro, para a BR-381/262/MG/ES, foram autorizadas as empresas (tabela 18) para o desenvolvimento dos estudos que terão, a partir da data de autorização, 180 dias corridos para entregar os projetos para o Ministério dos Transportes.

No setor de aeroportos, foram lançados editais para o desenvolvimento de estudos relativos aos aeroportos de Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. No dia 24 de julho de 2015, foram autorizadas as empresas (tabela 19) para o desenvolvimento dos estudos, que terão, a partir da referida data, 90 dias corridos para entregar os projetos para a SAC.

No setor de portos, foram lançados editais para o desenvolvimento de estudos relativos a arrendamentos de instalações portuárias. No dia 27 de agosto de 2015, foram autorizadas as empresas (tabela 20) para o desenvolvimento dos estudos que terão, a partir desta data, 60 dias para o desenvolvimento dos projetos.

Tabela 18 - PMI rodovias



 Autorizadas	101 BA	101 SC	262 MS	267 MS	280 SC	364 MT/RO	101/232 PE	381/262 ES/MG	470/282 SC	101/465/493 RJ/SP	101/116/290/386 RS	Total
Arteris S.A												1
Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente S.A.												1
BRVias S.A												2
CASTILHO Engenharia e Empreendimentos S.A												2
CCR S.A												4
CONCREMAT Engenharia e Consultoria S/A												6
Concresolo Engenharia Ltda												5
Consórcio do Sul: STE Serviços Técnicos e Engenharia S.A., Magna Engenharia Ltda. e ENECON S.A												4
Consórcio ECOPLAN-SKILL: Ecoplan Engenharia Ltda. e Skill Engenharia Ltda												11
Consórcio ENGEC-SERTEC: ENGEC - Engenheiros Consultores Ltda. e SERTEC Sulatlântica - Representações e Serviços Ltda												5
Consórcio KL/STRATA/ZGB: KL Serviços de Engenharia S.A., STRATA Engenharia Ltda. e ZGB Consultoria e Gestão Empresarial Ltda.												6
Consórcio SETEPLA/SENER: Setepla Tecnometal Engenharia S.A. e Sener Ingeniería y Sistemas S.A.												11
Consórcio UFC/METROPOLITANA: UFC Engenharia Ltda. e Construtora Metropolitana S.A												3
Consórcio V.E.G.: Verax Consultoria e Projetos Ltda., Empresa Brasileira de Engenharia e Infraestrutura Ltda. e Geo Brasilis Consultoria, Planejamento, Meio Ambiente e Geoprocessamento Ltda												11
CONSTRUCAP-CCPS Engenharia e Comércio S/A												11
Construtora Saches Tripoloni Ltda												1

Tabela 18 - PMI rodovias

 Autorizadas	101 BA	101 SC	262 MS	267 MS	280 SC	364 MT/RO	101/232 PE	381/262 ES/MG	470/282 SC	101/465/493 RJ/SP	101/116/290/386 RS	Total
Consultoria, Gerenciamento e Planejamento Ltda. -CGP												6
Contécnica Consultoria Técnica Ltda												6
Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda. E GTECH Engenharia e Planejamento Ltda												1
Dynatest Engenharia Ltda												7
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A												3
Empresa Global de Projetos Ltda												2
Enejota Cavalieri Engenharia Ltda												7
Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda												11
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A - EBP												1
Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda												4
Infrapar Projetos e Participações Ltda. e EMTUCO Serviços e Participações S/A												3
Infrapar Projetos e Participações Ltda												7
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. -INVEPAR												1
IQS Engenharia Ltda. e Engimind Brasil - Consultores e Representação Ltda												5
IQS Engenharia Ltda												5
Isolux Corsán Participações de Infraestrutura Ltda. e Cinco Engenharia Ltda												11
J. Malucelli Construtora de Obras S/A												3
José Cartellone Construcciones Civiles S.A. (JCCC)												3
Logit Engenharia Consultiva Ltda., JGP Consultoria e Participações Ltda. e AFIRMA - Engenharia e Projetos Ltda												6
Logit Engenharia Consultiva Ltda												5
MCA Auditoria e Gerenciamento Ltda												11
OHL Concessões Brasil Ltda.												11
Pavesys Engenharia de Pavimentos												11
Pentágono Serviços de Engenharia Civil e Consultoria Ltda												11
Planos Engenharia S/S Ltda												11
Proficenter Infraestrutura em Negócios Ltda												8
PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. e APPE - Assessoria Para Projetos Especiais Ltda												6
PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. e APPE - Assessoria Para Projetos Especiais Ltda e Transplan - Planejamento e Projetos S.A.												1
QS Engenharia LTDA.												1
SAITEC Brasil - Serviços de Consultoria e Auditoria Ltda												11
Somague Engenharia S.A. do Brasil e Sacyr Concesiones S.L.												11
Toniolo, Busnello S.A												1
Topocart Topografia, Engenharia e Aerolevanteamento S/S Ltda.; GW Construções e Incorporações Ltda.; JM Terraplanagem e Construções Ltda.; Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda. (ETEC); CONTERC Construções, Terraplanagem e Consultoria Ltda.; Construtora ARTEC S/A; BASEVI Construções S/A; e DINAMIZA Consultoria e Engenharia Ltda												10
Triunfo Participações e Investimentos S/A												5
UNA Consultoria Econômica Ltda												1
Via Engenharia S.A												2
Total	28	36	29	27	29	20	23		28	26	27	-


Elaboração: Seae/MF

Tabela 19 - PMI aeroportos

 Interessados	Florianópolis	Fortaleza	Porto Alegre	Salvador	Total
Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. e Aeroservice Consultoria e Engenharia de Projetos Ltda.					4
Consórcio Aéreo Brasil: Verax Consultoria e Projetos LTDA, Empresa Brasileira de Engenharia de Infraestrutura LTDA, Fernandes Arquitetos Associados S/A e Geo Brasilis Consultoria.					4
Construcap - CCPS Engenharia e Comércio S.A.					4
Ernst & Young Assessoria Empresarial LTDA					4
Helpport Construções do Brasil S.A. e Corporación América S/A					4
Movsés & Pires Sociedade de Advogados, BF CAPITAL, JGP CONSULTORIA, LOGIT, M&P E PROFICENTERI					4
P2 Gestão de Recursos LTDA					4
PROSUL - Projetos, supervisão e planejamentos LTDA					1
Radar PPP LTDA, Pricewaterhousecoopers Serviços Profissionais Ltda., Pricewaterhousecoopers Corporate Finance & Recovery Ltda e Idom Consultoria Ltda.					4
Setepla Tcnomental S.A, Sener Ingeniería y Sistemans S.A. e Atp Engenharia Ltda					4
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.					4
Total	11	10	10	10	-

Elaboração: Seae/MF

Tabela 20 - PMI portos

 Autorizados	Edital 01 São Francisco do Sul/SC	Edital 02 Santos/SP - Conceiçãozinha	Edital 03- Santos/SP - Ilha Barbabé	Edital 04 - Suape/PE	Edital 05 - Suape/PE	Edital 06 - Rio de Janeiro/RJ	Total
Consórcio V.E.G.: Verax Consultoria e Projetos Ltda., Empresa Brasileira de Engenharia de Infraestrutura Ltda e Geo Brasilis Consultoria, Planejamento, Meio Ambiente e Geoprocessamento Ltda							4
DTA Engenharia Ltda							2
Eagle Serviços Diferenciados Ltda							5
Freight Consultoria e Projetos Ltda							1
Linktech International Gestão de Tecnologia e Inovação Ltda							6
Merco Shipping Marítima Ltda							1
Planave S.A							1
Raízen Combustíveis S.A							1
Rpeotta Engenharia e Consultoria Ltda							6
Tegma Gestão e Logística S/A e NYK Line do Brasil Ltda							1
Total	6	5	4	4	6	3	-

Elaboração: Seae/MF

Glossário

Anac	Agência Nacional de Aviação Civil
Anbima	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Antaq	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BM	Banco Mundial
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
GIF	Global Infrastructure Facility
MF	Ministério da Fazenda
MIGA	Multilateral Investment Guarantee Agency
MT	Ministério dos Transportes
SAC	Secretaria de Aviação Civil
PMI	Proposta de Manifestação de Interesse
Seae	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEP	Secretaria de Portos
TCU	Tribunal de Contas da União
WACC	Weighted Average Cost of Capital

* Este boletim tem o objetivo de informar aos potenciais investidores sobre as oportunidades e condições dos investimentos em infraestrutura no Brasil.

Seae - Secretário de Acompanhamento Econômico Paulo Guilherme Farah Correa

Fale conosco
seae@fazenda.gov.br

Elaboração
Secretaria de Acompanhamento Econômico - Seae/MF
Secretaria de Assuntos Internacionais - Sain/MF

Projeto gráfico e diagramação
Coordenação de Design do Gabinete do Ministro / ACS